

A AGRICULTURA NO CONCELHO DE VIDIGUEIRA (NUMA PERSPETIVA HISTÓRICA E SÓCIO-ECONÓMICA)

1 - INTRODUÇÃO

O território do Concelho de Vidigueira, situado na região NUT III do Baixo Alentejo, abrange uma área de aproximadamente 316 Km². É constituído por 4 freguesias: Vidigueira, Vila de Frades, Selmes e Pedrógão, e estas duas últimas freguesias integram ainda, respetivamente, 2 lugares: Alcaria da Serra e Marmelar.

Embora a primeira documentação sobre Vidigueira como povoado surja só nos meados do séc. XIII e a dimensão administrativa atual do concelho de Vidigueira se tenha verificado unicamente em 1854 (resultado da extinção do concelho de Vila de Frades e reorganização dos concelhos de Cuba e de Vidigueira), é possível detetar, desde os tempos pré-históricos e no espaço hoje abrangido pelo concelho, vestígios arqueológicos de uma intensa presença humana.

Com um decréscimo populacional significativo desde os anos 50 (nos quais a população atingiu 11.252 pessoas), o concelho de Vidigueira tem atualmente uma população de cerca de 6.000 habitantes residentes, dos quais aproximadamente 62% representam a população em idade ativa.

O setor terciário, que inclui as atividades ligadas ao comércio e aos serviços, é bastante importante ao nível da população ativa empregada no concelho e tem conhecido uma tendência de crescimento, predominantemente no que concerne aos serviços ligados à administração pública, educação, serviços sociais e atividades comerciais. Interessa ainda relevar que no concelho de Vidigueira tem vindo a assumir-se, com um peso significativo, o sub-setor do turismo baseado nas potencialidades do valor paisagístico, ambiental, patrimonial, gastronómico e dos produtos agro-alimentares locais.

O setor secundário, da indústria e da construção, tem um peso mais reduzido na atividade económica do concelho. É baseado em unidades de pequena dimensão e das quais se destacam as indústrias agro-alimentares e de bebidas fortemente ligadas à transformação dos produtos agrícolas locais (produção de azeite, vinho, pão e doçaria, queijos e enchidos....)

O setor primário, diretamente relacionado com as atividades agrícolas, florestais e pecuárias, embora através dos anos tenha perdido alguma população empregue, acompanhando a tendência geral da região Alentejo, continua a assumir um papel importante na base económica do concelho, empregando cerca de 19% da população ativa.

2 - A AGRICULTURA DE VIDIGUEIRA

No território do concelho de Vidigueira predominaram desde sempre as atividades relacionadas com a agricultura, sendo por isso mesmo uma região em que a base económica e social é expressivamente de matriz agrícola e com um carácter fortemente rural. Os seus solos apresentam diferentes aptidões do ponto de vista agronómico e como tal, possivelmente, terão ditado as formas de exploração da terra e da distribuição da sua propriedade.

Assim, nas freguesias de Selmes e Pedrógão, onde os solos são mais fortes, surge com maior intensidade e extensão a cultura cerealífera e forrageira. Consequentemente é notório o predomínio da grande propriedade (latifúndio).

As freguesias de Vila de Frades e Vidigueira, com terrenos médios e fracos, de natureza argilosa e granítica, sobressai a hegemonia da cultura da vinha, constituindo-se estas como a região vinhateira do concelho, desde sempre com grande importância na economia local. O vinho faz parte da tradição de Vidigueira, sendo esta uma das zonas vinícolas mais reconhecidas de Portugal.

Estas áreas do concelho são aquelas em que os terrenos se encontram mais divididos, preponderando a pequena e média propriedade.

Os olivais ocupam também uma boa parte das culturas no concelho e coexistem em pequena e média propriedade com a cultura da vinha (Vidigueira e Vila de Frades). Nas freguesias de Selmes e Pedrógão é de considerar ainda a importância do olival na sua atividade agrícola.

A exploração do montado (cortiça, pastoreio e criação de gado) apresenta-se também com significado na base económica do território.

Também as “hortas” e os “pomares” são uma das formas de exploração agrícola existente e com tradição no concelho.

2.1 - Os cereais

A partir do início do séc. XX, assiste-se à expansão da cultura cerealífera, em especial do trigo (campanha do trigo:1929-30) ocupando-se grandes terrenos de montado e incultos, preferencialmente planos ou ondulados.

A tecnologia usada era bastante antiquada. A preparação da terra era executada pelo arado de madeira (mais tarde a charrua de ferro) atrelada a juntas de bois ou parelhas de muares. Também o transporte do cereal dos campos para ser debulhado nas eiras era feito por carroças de tração animal.

O consumo de adubos resumia-se ao uso de superfosfatos que implicavam também o pousio de 2 ou 3 anos para as terras “descansarem”.

Nestes campos, a terra, repartida em grandes latifúndios, era o elemento central da organização social e económica e o seu aproveitamento (a sementeira, a monda, a ceifa e a debulha) era baseado no trabalho de uma esmagadora maioria de assalariados agrícolas temporários, que nada tinham, mas que procuravam o seu sustento e das suas famílias.

Começaram a surgir as primeiras organizações sindicais e as primeiras tensões sociais entre os trabalhadores rurais na reivindicação de melhores condições de vida.

A partir dos anos 50 a mecanização, o incremento do consumo de adubos químicos, de sementes seleccionadas e de herbicidas, foram a face mais marcante das transformações operadas no mundo rural dos cereais as quais, em meados dos anos 70, já se encontravam largamente difundidas.

O trator e a ceifeira-debulhadora impuseram-se de modo definitivo na cultura dos cereais e como tal a necessidade de mão-de-obra na agricultura tornou-se cada vez menor. O desemprego frequente dos que se ocupavam nos trabalhos agrícolas e que sempre fora uma das causas da constante situação de miséria dos assalariados rurais – sempre dependentes das condições do clima e do carácter sazonal do trabalho nos campos – tornou-se uma realidade a partir da mecanização da agricultura, afetando em especial esses mesmos assalariados.

Verifica-se assim um êxodo massivo das populações rurais para o estrangeiro mas principalmente para os grandes centros urbano-industriais emergentes de Lisboa, Setúbal, Barreiro, que começaram a oferecer novas oportunidades de trabalho. Entre 1950-70 o concelho de Vidigueira, como todo o Alentejo, vê assim diminuir a sua população.

Mas, neste contexto (de diminuição da população ativa agrícola e que induziu ao abaixamento do desemprego), os trabalhadores assalariados que permaneceram no concelho não conseguiram, nem salários mais elevados nem melhores condições de trabalho, apesar das suas lutas e reivindicações.

Assim, com a revolução democrática de abril de 1974, abriu-se, durante três anos (1974-1977), um período de intenso confronto e movimento social e no qual os trabalhadores agrícolas desencadearam um processo de reforma agrária e que deu corpo às ocupações das terras da grande propriedade. A partir deste processo formaram-se unidades de produção nas quais um coletivo de trabalhadores controlava e geriam, em comum, a terra e os meios de produção: Cooperativas (Coop's) e Unidades Coletivas de Produção (UCP's).

A legitimidade da reforma agrária assentava tanto na necessidade de modificar as condições de vida e de trabalho, que durante décadas os latifúndios haviam imposto aos trabalhadores agrícolas, bem como numa perspetiva de que a alteração das estruturas agrárias era necessária para adequar a agricultura às funções que deveria desempenhar no sistema económico. O objetivo e a esperança possível para os trabalhadores rurais envolvidos eram um emprego e um salário digno e permanente.

Nas terras integradas nas U.C.P.'s e Coop's, de antes da ocupação para os anos agrícolas seguintes (de 75 a 77), a área cultivada, a produção de cereais e o número de postos de trabalho aumentaram significativamente. Assistiu-se nesta época a algum desenvolvimento tecnológico dos meios de produção utilizados bem como dos fatores de produção (adubos, herbicidas).

Contudo a partir de 1977, a "Reforma Agrária" começou, por razões várias, a enfrentar um movimento de resistência. Inicia-se então a reposição do estado anterior nomeadamente através da devolução de terras, equipamentos e gados aos antigos proprietários. Estava decretado, a prazo, a extinção do movimento de reforma agrária.

Com a adesão à Comunidade Europeia e a imposição de uma política agrícola comum o cultivo dos cereais foi diminuindo significativamente em parte pelas condições atmosféricas adversas e a conjuntura negativa do mercado dos cereais mas também por razões mais estruturais que denunciam mudanças nas orientações produtivas das explorações agrícolas. As áreas utilizadas para cereais passaram em parte a ter apenas uma função complementar de alimentação para a pecuária ou convertidas em áreas forrageiras.

Espera-se que o aproveitamento atual dos perímetros de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) inscritos no concelho de Vidigueira, sobretudo localizados nas manchas de regadio das freguesias de Pedrógão e Selmes, possam incrementar as produções cerealíferas (ex: do milho, em grão e de silagem) que atraíam investimento em equipamentos e capital tecnológico, e, consequentemente, venham aumentar o emprego agrícola.

2.3 - A vinha e o vinho

A cultura da vinha desempenha desde há muito um papel importante na agricultura do concelho de Vidigueira com relevância económica, social e cultural. A vinha, o vinho e as adegas fazem parte da tradição de Vidigueira (com especial destaque nas freguesias de Vidigueira e Vila de Frades), sendo esta uma das zonas vinícolas mais reconhecidas de Portugal. A própria designação de "Vidigueira" poderá estar associada às vinhas do concelho.

Como concelho vinhateiro as vinhas ocuparam desde sempre o primeiro lugar na obtenção do rendimento agrícola deste território excedendo o da pecuária e dos cereais. Estamos em crer até que a continuidade e a manutenção desta cultura através dos tempos se deveu em grande parte, ao facto do seu cultivo ser em zonas predominantemente de pequena propriedade, menos vocacionada para a produção de cereais e pecuária extensiva, e pela existência de uma adega cooperativa que permitiu que um conjunto de

pequenos viticultores, sem capacidade de chegar ao mercado em boas condições, pudessem organizar-se para a transformação das suas uvas e chegar ao mercado com produtos de qualidade e a preços competitivos. Podemos talvez afirmar que, se a vinha não desapareceu nos meados do séc. XX, foi apenas porque, de facto, as excepcionais condições naturais para a cultura compensaram a concorrência que a política agrícola de então lhe movia, com os conhecidos incentivos à produção de cereais, garantindo uma qualidade constante ao nível do vinho produzido, e um preço suficiente para remunerar o trabalho intensivo da cultura.

Tratava-se, efetivamente, de uma cultura muito exigente em mão-de-obra, em que a grande maioria dos trabalhos eram efetuados manualmente, ou com tração animal, desde a plantação e enxertia, manutenção do solo, tratamentos fitossanitários e vindima. A mecanização que alastrou pela agricultura do Alentejo estava mais dirigida para a cultura dos cereais, e a vinha, como cultura secundária, utilizava apenas os meios que, na sua condução de então, eram possíveis. Como o espaçamento das videiras era estreito, os tratores não entravam nos vinhedos e a tração animal continuou a ser utilizada na vinha quando já se mecanizava quase a 100%, por exemplo, a cultura do trigo.

A afirmação da vinha foi conseguida durante os anos setenta e oitenta. O vinho de Vidigueira, resultado de uma viticultura característica e adaptada à região, ganhou o interesse e respeito do mercado e, como a agricultura dos cereais entretanto caía inexoravelmente, a vinha começou a ser olhada como uma alternativa séria em termos agrícolas. Deixou de ser apenas a agricultura dos pequenos agricultores, para ser também a agricultura dos mais dinâmicos dos grandes agricultores. A área plantada cresceu bem como a procura no mercado e, o resultado, foi uma subida significativa dos preços da uva, que culminariam na “corrida à vinha” por parte de variados investidores, muito para além do agricultor tradicional.

A demarcação da região (Denominação de Origem “Alentejo” na qual se inclui a sub-região de “Vidigueira”) também veio ajudar à consolidação da vitivinicultura, fornecendo os meios de apoio técnico ao viticultor na certificação dos produtos, credibilizando toda uma fileira que, até aí, pouco ou nada se estruturara.

O crescimento da cultura e a atenção prestada por outra classe de agricultores mais evoluídos levaram à mecanização da mesma. As vinhas passaram a ser transitáveis pelos tratores, que apenas existiam na exploração de cereais. A vinha alargou-se a solos de maior fertilidade e capacidade hídrica, o que, associado a uma melhor fertilização e maiores cuidados na proteção fitossanitária, fez melhorar os rendimentos.

Ao nível das castas, prevaleceu a plantação das castas tradicionais da região, em grande parte devido ao enquadramento e exigências da enologia da Adega Cooperativa, que exercia a sua influência nos viticultores associados, e, mais tarde, ao quadro legal da Região Demarcada, que fixou as castas recomendadas e autorizadas para a sub-região. Na Vidigueira é a casta “Antão Vaz” (casta branca autóctone mantida pelos produtores da região e produtora de um vinho único) que confere à sub-região vitivinícola de Vidigueira um grande reconhecimento e até muito recentemente não teriam sido encontradas vinhas velhas da casta Antão Vaz fora desta sub-região.

A partir de meados dos anos 90 até à atualidade, o crescimento da viticultura no concelho de Vidigueira (e por todo o Alentejo) atingiu uma grande dinâmica induzida pelo elevado rendimento das uvas face a outros produtos agrícolas, e pela disponibilidade de fundos europeus de apoio à reconversão e ampliação de novas áreas, quer na área propriamente de vinha, quer na construção de adegas. Deixando parte dos métodos tradicionais, a viticultura em Vidigueira está claramente orientada para o mercado, à procura de todos os fatores inovadores que possam sustentar a sua competitividade e muito estruturada pelas exigências enológicas.

Ao nível da vinha, especializa-se a cultura, que deixou de ser vista como cultura marginal da exploração, para ser a principal, sobretudo em fonte de receitas e trabalho utilizado.

A rega é encarada hoje em dia como imprescindível, quer na instalação de novas vinhas, quer na regularidade e melhoria da qualidade das existentes. Por outro lado os tratamentos fitossanitários tornaram-se importantes passando a obedecer a critérios de maior racionalidade.

Em resumo podemos afirmar que na última década a importância da cultura da vinha e da produção de vinho tem vindo a aumentar no concelho de Vidigueira. Para além do papel que a Adega Cooperativa de Vidigueira, Cuba e Alvito desempenha é importante também destacar a importância dos produtores privados presentes no concelho que autonomizaram a sua produção com a criação de adegas e de marcas próprias, e que têm contribuído até, entre 2001 e 2011, para o crescimento da população ativa afeta à atividade agrícola.

2.4 - O olival e o azeite

À semelhança da vinha também a olivicultura assume relevância no contexto da agricultura do concelho de Vidigueira, embora economicamente tenha um menor significado.

Inicialmente a cultura da oliveira terá correspondido a situações de árvores dispersas e só mais tarde começou a surgir o olival tradicional (alinhado) e no qual os olivicultores começaram a ter alguma preocupação com o alinhamento das oliveiras facilitando as intervenções na própria árvore ("corte" e poda da copa) e na manutenção dos solos, com a finalidade de este ser utilizado de forma mais ou menos intensiva noutras culturas de sub-coberto (ex: trigo, cevada...).

Ao olival tradicional esteve sempre associado a utilização de animais como única força de tracção nos trabalhos bem como a utilização intensiva de mão de obra em todas as operações, com especial relevo para a apanha da azeitona executada pela mão de homens (que ripavam e varejavam as oliveiras manualmente com uma vara de madeira e a faziam cair em panos próprios) e de ranchos de mulheres (que se encarregavam de recolher essencialmente as azeitonas já caídas das árvores).

Este tipo de olival, ainda existente no concelho está em geral associado à pequena propriedade, e muitas vezes consociado com outras culturas como a vinha ou mesmo as hortícolas, embora também surja no concelho em propriedades de média dimensão. É um olival em geral de sequeiro, mas recentemente, em alguns casos onde foi possível dispor de água, foram instalados pelos agricultores sistemas de rega "gota a gota", com resultados muito positivos ao nível da produtividade por árvore.

Nos últimos tempos, nestes olivais "tradicionais", foi surgindo gradualmente a mecanização da poda bem como da colheita, a qual recorre sobretudo a vibradores de tronco montados em veículos especializados (ou em tratores agrícolas) e cuja recolha da azeitona é efetuada em panais ou lonas estendidos e que se tem traduzido na sua viabilidade económica.

As variedades de oliveiras mais comuns nestes olivais são a azeitona "galega vulgar" a "cobrançosa" e a "cordovil" e de cuja combinação harmoniosa resulta um azeite equilibrado ideal para cozinhar, conferindo uma textura aveludada aos pratos confeccionados, sem interferir no sabor natural dos alimentos. De destacar o papel que a Cooperativa Agrícola de Vidigueira tem tido na transformação da azeitona e na obtenção de um azeite de qualidade, mobilizando a produção, a transformação e a comercialização, apostando nesta atividade como um todo.

Contudo este olival tradicional, está fortemente ameaçado na sua viabilidade económica, pelo fato da sua cultura não resistir à concorrência dos sistemas mais intensivos, nos quais a produtividade não pára de subir à medida que novas tecnologias vão sendo utilizadas, proporcionando custos de produção unitários cada vez menores. Daí que no concelho de Vidigueira, principalmente nas

grandes áreas agrícolas/propriedades da zona de Selmes/Pedrógão, tenham sido plantados muito recentemente olivais intensivos com a preocupação de aumentar a produtividade, isto é tirar o máximo partido da área ocupada com a cultura, aumentando as densidades de plantas, utilizando geralmente a rega do tipo “gota a gota”, bem como uma mecanização quase total, quer da poda quer da apanha, através de máquinas de colheita de grande rendimento e produtividade. A este aumento da área de olival está também associado o aparecimento de lagares, de gestão empresarial privada e bem apetrechados tecnologicamente.

A generalização deste tipo de olivais intensivos é para alguns um problema a nível ambiental uma vez que o uso intensivo de fitofármacos pode afetar as reservas de água nos aquíferos da região. Por outro lado a variedade das azeitonas/oliveiras que mais se adaptam a este tipo de exploração intensiva (normalmente a “arbequina”) poderá influenciar negativamente a qualidade dos azeites produzidos.

No entanto, com o aproveitamento dos perímetros de regadio do empreendimento de Alqueva, é provável que surjam no concelho de Vidigueira uma expansão significativa das áreas de olival, permitindo aumentar a produção de azeite e consequentemente afetar à agricultura e à indústria agro-alimentar, um maior número de trabalhadores ainda que com carácter sazonal.

2.5 - O montado e o pastoreio

Nas zonas de Selmes e Marmelar e ainda na serra do Mendro, o montado é um tipo de ocupação de solo com algum significado no concelho de Vidigueira. Este montado, criado pela ação humana (de pastoreio ou de práticas agrícolas), é um ecossistema caracterizado pela presença de azinheiras e sobreiros mas também por uma fauna e flora rica e diversificada. A ele normalmente está associada uma exploração agro-silvo-pastoril de algum peso e importância local em termos económicos e sociais. A possibilidade do seu uso múltiplo, que permite conciliar a rentabilidade da produção de cortiça com outros produtos e serviços de valor económico, gera alguns rendimentos a nível concelhio, mantendo o emprego e algum equilíbrio no seu mundo rural.

Assim, relacionados com o montado, e para além da tiragem cortiça e da sua relevância económica, surgem outras atividades importantes na economia local como, a produção de mel, as ervas aromáticas, a caça e a criação de gado bovino, suíno, caprino e ovino. A estes últimos aspetos, da exploração pecuária, está associada alguma indústria agro-alimentar, importante na região, através da produção de presuntos, enchidos e queijos. Todos estes produtos, por serem do montado surgem com características de sabor e de qualidade reconhecida.

2.6 - As hortas e os pomares

Como já afirmámos as “hortas” e os “pomares” são ainda uma das formas de exploração agrícola no concelho, predominantemente em Vidigueira e Vila de Frades, onde existe alguma abundância de água. Os produtos hortícolas e a fruticultura, cultivados geralmente por pequenos agricultores, são produtos de forte tradição local com especial destaque para a célebre laranja da Vidigueira (variedade da baía tipo “pêra”), cultivada em quase todos os pomares da região e bem conhecida e apreciada por ser soculenta, ter um grau de acidez reduzido e uma elevada doçura.

3 - PERSPETIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que nos próximos anos haja uma diversificação da oferta produtiva impulsionada pela emergência das culturas regadas proporcionadas pelo EFMA, nomeadamente o surgimento das culturas de regadio mais tradicionais mas também da aposta em novas culturas que fortaleçam a economia agrícola local. Julgamos que estas culturas de regadio poderão suscitar a modernização dos processos produtivos, fomentar o investimento em projetos agrícolas e, em última análise, induzir o crescimento da população ativa agrícola

O potencial agrícola deste concelho para a implantação da cultura da vinha e do olival, conjugado com a afirmação da qualidade dos vinhos e azeites alentejanos, poderá vir a consolidar e expandir estas atividades económicas e de alguma forma inverter as tendências recessivas da demografia e da economia local, permitindo fixar população e gerar rendimento e emprego.

A componente frutícola, com especial destaque para os pomares de citrinos de forte tradição cultural no concelho, bem como a componente hortícola, poderão complementar e incrementar o tecido produtivo agrícola e reforçar os níveis de empregabilidade na população, dando-lhes uma fonte de recursos e uma melhoria da suas condições de vida.

A docente: Rosária Grilo